PROJETO DE LEI Nº , DE 2004
(Do Sr. Ney Lopes)

Dispõe sobre a redução da conta de serviços de telecomunicações referente ao acesso à Internet para os professores do ensino médio e superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece critérios para a redução da conta de serviços de telecomunicações referente ao acesso à Internet para os professores de nível médio e superior admitidos através de concurso público.

Art. 2º As companhias de telecomunicações deverão disponibilizar um desconto de R\$ 15,00 mensais na prestação de seus serviços para os professores do ensino médio.

Parágrafo único. O valor do desconto deverá ser atualizado anualmente pelo mesmo índice de reajuste aplicado ao contrato de prestação dos serviços e na mesma data de aplicação do índice contratual.

Art. 3º Os recursos necessários para cobrir os custos decorrentes do desconto de que trata esta Lei deverão ser obtidos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, estabelecido pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Art. 4º O art. 5º, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa vigorar acrescido do seguinte inciso:

"XV – redução das contas de serviços de telecomunicações de professores do ensino médio referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso do público, inclusive da Internet, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo;" (NR)

Art. 5º Esta Lei deverá ser regulamentada em 90 dias pelo Poder Executivo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O acesso à Internet se tornou uma questão de fundamental importância para a sociedade atual. A busca do domínio do conhecimento e das informações é a principal característica do universo contemporâneo. Dessa maneira, o acesso à informação divide a sociedade entre os indivíduos que possuem o maior bem da sociedade moderna, e os que estão condenados a serem cidadãos de segunda classe.

Nesse contexto, o fato de que os responsáveis pela transmissão do conhecimento para os jovens, os professores do ensino médio, não podem, em geral, acessar livremente as informações, em particular a Internet, é um contracenso. Conforme dados do Ministério da Educação, 16% de todos os professores do Brasil nunca puseram os pés num cinema, 31% nunca visitaram um museu e 49% não têm acesso à rede mundial de computadores, nem em casa e nem no trabalho.

A razão dessa estatística pode ser encontrada nos baixíssimos salários pagos à categoria. Dados apresentados pelo mesmo Ministério na "Estatística dos Professores no Brasil", de outubro de 2003, indica que a média salarial dos professores de ensino fundamental é de R\$ 600,00 e no ensino médio é de, aproximadamente, R\$ 850,00, a valores de 2001.

Com essa remuneração é de se esperar que o acesso à Internet e a compra de computadores não esteja na prioridade orçamentária daquelas famílias que vivem dos salários oriundos da prática do magistério e, assim, o baixo acesso à Internet da categoria encontra a sua fundamentação em base puramente econômica.

Na atualidade, o acesso à Internet pode ser feito por diversas formas. Através de linha telefônica discada, banda larga, celular e novas tecnologias, tais como *Wi-Fi* (banda larga sem fio). Para acesso às redes de informações nas escolas, as mesmas têm que contar com equipamentos em qualidade e quantidade compatíveis com a demanda dos professores e alunos, o que não é o caso da maioria das escolas públicas brasileiras. Ademais, quem conhece o exercício da profissão do magistério reconhece que muitas vezes a pesquisa, o estudo e a atualização é realizada em casa, após o expediente normal de trabalho. Dessa forma, se faz necessário o uso da Internet desde seu próprio domicílio, com os conseqüentes gastos associados.

O preço é fator preponderante na escolha do método de acesso e de conexão à Internet. Para os usuários intensivos da rede, a solução em banda larga é mais econômica pois não são cobrados pulsos durante o tempo de conexão. Por outro lado, a ligação por via discada é mais barata para quem faz pouco uso e a utiliza nos fins de semana, quando não há incidência de pulsos a cada quatro minutos. A última pode ser a única disponível nas localidades onde a banda larga não é ofertada. Por outro lado, a tecnologia celular é mais cara. No entanto, pode ser a única disponível em algumas residências, por não haver linhas fixas disponíveis. Quanto aos provedores de acesso, eles podem ser portais grátis ou pagos, sendo, normalmente, associados ao tipo de conexão escolhida pelo usuário.

Tendo em vista a importância do domínio do conhecimento e a facilidade de utilização das novas tecnologias digitais, oferecemos o presente projeto de lei que estabelece um caminho prático para a inclusão digital dos professores e dessa forma aumentar o baixo índice de conexão à Internet dos educadores brasileiros. A proposição, através de seu art. 2º, visa dar um desconto de R\$ 15,00 no valor das tarifas de telecomunicações, independentemente da tecnologia adotada, para os profissionais do setor, estimados em 350 mil no ensino médio.

Considerando-se a alternativa mais barata de acesso à Internet, via ligação discada e utilizando portal grátis, a utilização de uma hora diária, ao custo médio de 11 centavos o pulso, implica em um custo telefônico de, aproximadamente R\$ 33,00 por mês. Dessa forma, o desconto de R\$ 15,00 representa uma redução de quase 50% no custo das ligações. Tomando-se o total de professores de 350 mil, o custo anual desta iniciativa seria em torno de 63 milhões de reais.

Para o financiamento da proposição, o art. 3º estabelece como fonte de recursos o Fust, Fundo de Universalização das Telecomunicações, criado pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000. Dessa maneira, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes com as concessionárias e autorizadas do sistema de telecomunicações do país não é alterado. Atualmente, o fundo possui um saldo de mais de 3 bilhões de reais e arrecada anualmente 400 milhões de reais. Fazendo-se uma projeção do fluxo de caixa do Fundo para os próximos anos incluindo o saldo atual (R\$ 3 bilhões), a arrecadação anual (R\$ 400 milhões) e a despesas com o desconto proposto (R\$ 63 milhões), vê-se que a implantação deste desconto representaria em torno de 1% do saldo anualizado do fundo.

Como forma de consolidar a legislação vigente, sugerimos através do art. 4º, a inclusão de um novo inciso no art. 5º da Lei do Fust, de modo a incluir a redução de conta telefônica também para os professores.

É importante salientar que o projeto não faz menção à tecnologia ou ao serviço utilizado para a conexão à rede mundial. Dessa maneira, o docente tem total liberdade de escolha da prestadora do serviço de telecomunicações e do tipo de conexão que melhor atenda a sua residência, haja vista que em alguns endereços pode não existir a possibilidade de conexão via linha telefônica fixa ou em outros pode haver a facilidade de ligação condominial em banda larga. O uso do celular não é igualmente descartado, uma vez que com as novas tecnologias já implantadas e em implantação poderão se atingir velocidades bem próximas da banda larga e a preços cada vez menores.

Assim, julgamos que a aprovação da presente matéria seria extremamente benéfica para o ensino brasileiro e contribuiria de maneira decisiva para o melhoramento da qualidade do ensino básico no país. O custo financeiro da iniciativa se encontra totalmente equacionado e, além disso, deve-se ter em mente que qualquer gasto em educação não é custo, é investimento com retorno certo e garantido.

Pelos fatos aqui apresentados, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em de de 2004.

Deputado Ney Lopes